

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2019.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Acionistas da
COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 65 trens e peças sobressalentes dos mesmos, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 1.773.578 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 92.893 mil (58 trens e peças sobressalentes ao custo de R\$ 1.597.315 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 47.386 mil em 2018). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações contábeis da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Consequentemente, o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 1.773.578 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.597.315 mil em 31 de dezembro de 2018) respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionado com a continuidade operacional

A Companhia vem apresentando prejuízos sucessivos, sendo R\$ 237.287 mil apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 547.729 mil para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2018) e o passivo circulante da Companhia excedente ao ativo circulante em R\$ 166.705 mil (R\$ 231.154 mil em 2018). Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 20, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a necessidade de recursos de seu acionista controlador (Fazenda do Estado de São Paulo), para fazer frente ao Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos termos da Lei nº 16.923 de 07/01/2019, os repasses financeiros à Companhia foram de R\$ 523.802 mil (R\$ 865.656 mil em 2018), a título de aportes para futura capitalização. Conforme deliberado na 56ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 19 de dezembro de 2019, foi capitalizado o montante de R\$ 1.748.864 mil correspondente aos repasses efetuados pelo acionista controlador no período de novembro/2016 (resíduo) a setembro de 2018, assim sendo, mantido o montante de R\$ 665.968 mil para futura capitalização, cuja proposta deve ser conduzida pela Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfases

Denúncia Criminal pelo Ministério Público

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, em 09 de junho de 2017, foi apresentada uma Denúncia Criminal pelo Ministério Público, por meio do GEDEC - PIC-GEDEC/MP-SP nº 07/2014 (Grupo de Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativo), em que arrolados 4 gestores da Companhia e representantes das empresas que participaram no Processo Licitatório realizada pela Companhia, com relação a Manutenção dos Trens Metropolitanos (Projetos CPTM: S2000 S2100 S3000 S2070 S7000 S7500), que se encontra em fase de defesa prévia dos denunciados. Quanto ao exposto, até o momento não houve qualquer intimação e/ou abertura de qualquer processo judicial. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Processos judiciais

A Companhia possui processos judiciais de natureza cíveis de reequilíbrio econômico e financeiro de contratos ainda em tramitação judicial. Com relação a estes processos, em caso de perda para a Companhia, será gerado um passivo, e consequentemente um ativo (ativo fixo) correspondente, a qual será lançado a resultado somente através de sua depreciação. Em 31 de dezembro de 2019 este montante é de R\$ 164.914 mil (R\$ 222.329 mil em 31 de dezembro de 2018). Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Processos trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados são reembolsados à CPTM nos termos no Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-601078/2010. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Cobertura de Seguros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31, a Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestados. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores que emitiram uma opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis em 14 de março de 2019: que a Companhia utilizava em suas operações 58 trens e peças sobressalentes dos mesmos, destes 08 entregues no segundo semestre de 2016, outros 22 no decorrer de 2017 e outros 28 no decorrer de 2018, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.597.315 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 47.386 mil (30 trens e peças sobressalentes ao custo de R\$ 859.860 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 15.128 mil em 2017). E nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações financeiras da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado

de São Paulo - Codec. Dessa forma, enquanto não há autorização do controlador da Companhia, essa operação deveria ser registrada como operação de arrendamento financeiro de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil. Consequentemente, o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 1.597.315 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 859.860 mil em 31 de dezembro de 2017) respectivamente, e o resultado do exercício findo. Incerteza de continuidade operacional da Companhia. Ressalva mantida para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. As ressalvas quanto a rubrica de “imobilizado em andamento”; do convênio celebrado em 2007 de que a Companhia vinha operando a Extensão Leste construída pelo Metrô de São Paulo e da Linha 5 Lilás, contabilizada no grupo do ativo imobilizado, foram regularizadas no exercício de 2019. E ênfases similares aos parágrafos de ênfases acima.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração,

somos requeridos a comunicar esse fato. Exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações não apresentam distorção relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico